

DF Educação

Precisa-se de professores

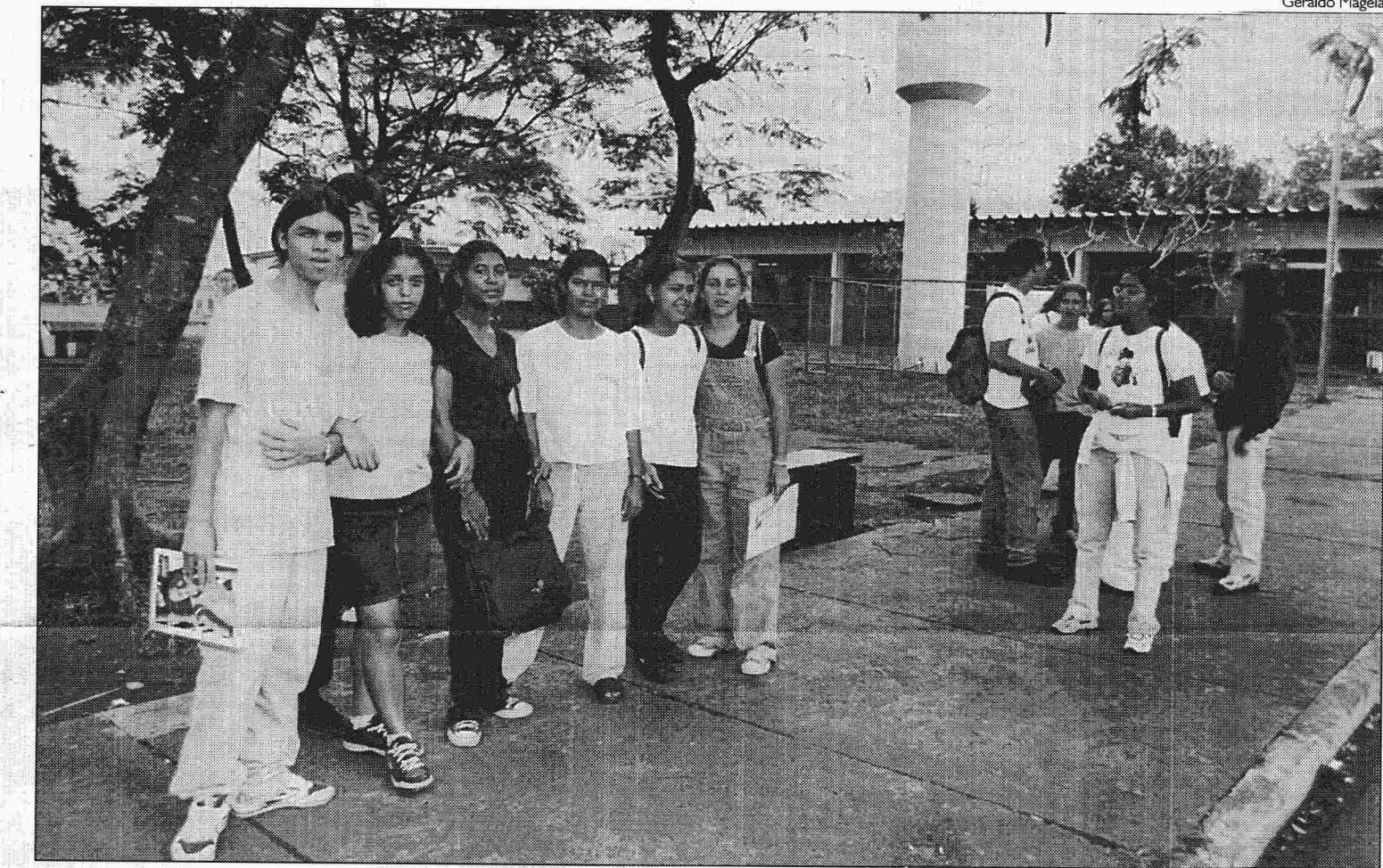
Ano letivo na rede pública começou com 627 carências em todo o DF. Ainda restam 178

“**N**a segunda-feira, nós só temos a primeira aula, que é de Sociologia. Depois dela seriam as aulas de Português e Química, mas não tem professor. Algumas turmas estão sem aulas de Matemática. Até hoje, não tivemos nenhuma aula de Biologia no laboratório, e o professor de Geografia só apareceu na minha sala duas vezes este ano”. A queixa da estudante Juliana Soeiro, 15 anos, revela um problema grave. Quase dois meses após o início do ano letivo, a falta de professores ameaça o processo de aprendizagem de milhares de alunos da rede pública de ensino no DF, da educação infantil ao ensino médio.

Juliana estuda em uma das mais conceituadas escolas de ensino médio da rede pública do DF, o colégio Setor Oeste. Inscrita no Programa de Avaliação Seriada (PAS) da UnB, ela já começa a prever as dificuldades que terá para concorrer em igualdade de condições com os estudantes da rede particular por uma vaga na universidade. Por causa da falta de professores, quase todos os dias ela é liberada mais cedo da escola. “Se eu não estudar por conta própria, vai ser muito difícil passar na UnB”, diz.

Enfrentar salas de aula sem professores não é novidade para Juliana e suas amigas, que sempre estudaram em escolas públicas. “No ano passado, faltou professor de Física durante todo o primeiro bimestre. Depois houve um troca-troca de professores de Química que atrapalhou todo o conteúdo. Ao todo, cinco professores diferentes dessa matéria passaram pela minha turma em 99. Fora isso, havia um professor de História que faltava pelo menos uma vez por semana”, revela Gisele dos Santos, 16 anos, colega de Juliana.

Para evitar um prejuízo maior, no ano passado a Associação de Pais e Mestres da Escola contratou professores particulares para avançar com o conteúdo



Alunos do Setor Oeste reclamam: faltam professores de Química, Português, Matemática e Biologia desde fevereiro

até que a Fundação Educacional resolvesse o problema. Mas este ano a Apam não vai poder fazer nada para ajudar os estudantes. “Não temos idéia do que fazer. Acho que só nos resta estudar em casa, por conta própria, para não ficar sem aprender alguns conteúdos”, afirma Jonas Freitas, presidente do grêmio estudantil do Setor Oeste.

No Centro educacional da Asa Norte, a situação não é diferente. “Esta semana, chegou um professor de História para suprir uma carência. Mas ainda faltam professores de Física, Inglês e Educação Física”, conta o diretor da escola, José Magalhães de Aguiar. Enquanto a FEDF não consegue resolver o problema, eles se viram como podem para não ter de mandar os alunos mais cedo para casa. “Estamos remanejando. Quan-

do dá, colocamos substitutos ou damos alguma atividade para os alunos. Mas às vezes não tem jeito mesmo, e eles têm de ser liberados”, admite.

De acordo com a Fundação Educacional, o ano letivo começou com 627 carências de professores em toda a rede. Até a última sexta-feira, ainda existiam 178. “O problema é que, dos 2.118 professores concursados que convocamos este ano, apenas 669 foram efetivamente contratados. O que acontece é que 85% das nossas carências são no período noturno e em cidades satélites distantes do Plano Piloto e os convocados rejeitam estas vagas”, explica Sinval de Souza Filho, diretor da Divisão de Pessoal da FEDF.

A direção do Setor Oeste confirma apenas carência de um professor de Matemática no pe-

ríodo matutino e de Biologia para sala de aula e laboratório. “As outras carências são por licenças médicas, portanto provisórias”, afirma Adriana Carla Lucas, vice-diretora da escola. Sinval acredita que até o fim deste mês todas as carências efetivas e provisórias da rede pública sejam supridas. “Estamos convocando professores todos os dias. Só na quinta-feira da semana passada contratamos cem”, diz.

Porém, mesmo depois que a situação de normalizar, os alunos ainda terão problemas. “Primeiro vai ser o esquema de reposição, que de qualquer maneira vai nos prejudicar: ou teremos aulas extras, ou então os professores vão correr com a matéria. Depois vem o problema dos abonos, licenças médicas e licenças-prêmio”, diz Jonas Freitas, do grêmio do Setor Oeste.

Por lei, todo professor tem direito a cinco dias de abono por ano e três meses de licença-prêmio a cada cinco anos de trabalho. Atualmente, a FEDF tem encontrado uma brecha na lei que permite resolver a questão destas licenças, em que o professor é contratado temporariamente para se “auto-substituir”. Mas há dois problemas que a Fundação não tem como prever e nem consegue controlar: as licenças médicas e faltas ao trabalho. “Infelizmente, os professores da rede pública não são tão comprometidos com o ensino como pensa a Fundação. Na verdade, o problema da falta de professores não vai acabar nunca”, diz Jonas Freitas, do grêmio do Setor Oeste.

VALÉRIA FEITOZA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA